



Relatório de 2008 sobre Direitos Humanos na Guiné-Bissau

GABINETE DE DEMOCRACIA, DIREITOS HUMANOS E TRABALHO

Relatórios de 2008 sobre Práticas de Direitos Humanos

25 de Fevereiro de 2009

A Guiné-Bissau é uma República multipartidária com uma população de cerca de 1,7 milhão de habitantes. Em 2005, João Bernardo "Nino" Vieira derrotou o candidato do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC, no poder) e foi eleito Presidente. As eleições legislativas de 16 de Novembro foram consideradas por observadores internacionais como transparentes e bem organizadas. As autoridades civis não tinham um controlo eficiente das forças de segurança; tropas terão tentado golpes de Estado a 8 de Agosto e 23 de Novembro.

Dum modo geral, o Governo respeitou os direitos humanos dos seus cidadãos; no entanto, foram registados os seguintes problemas: mortes arbitrárias; más condições nas prisões; prisão e detenção arbitrárias; falta de independência judicial e processo justo; violação da privacidade; perseguição de jornalistas; corrupção oficial generalizada, agravada pelo suposto envolvimento do Governo no tráfico de droga, e impunidade; violência e discriminação da mulher; mutilação genital feminina (MGF); tráfico de crianças; restrições à greve legal e uso da força contra os grevistas; e trabalho infantil, incluindo trabalho forçado.

RESPEITO DOS DIREITOS HUMANOS

Secção 1 Respeito da Integridade da Pessoa, incluindo Protecção contra:

a. Privação Arbitrária ou Ilegal da Vida

Houve relatos de que o Governo ou os seus agents cometeram mortes arbitrárias ou ilegais.

A 11 de Abril, as forças de segurança prenderam um membro da Polícia Judiciária por ter alegadamente morto um agente da Polícia de Ordem Pública no mesmo dia. Algumas horas depois da prisão, a força de intervenção especial do Ministério do Interior atacou o local onde o polícia estava detido enquanto se aguardava pela sua inculpação e levaram o prisioneiro sob ameaça de arma. A 12 de Abril, o corpo do polícia, que tinha sinais de tortura, foi abandonado diante das instalações da Polícia Judiciária. O motivo das mortes não era claro. Durante uma conferência de imprensa a 14 de Abril, o Ministro do Interior, Certório Biote, considerou ambas as mortes de incidentes isolados. Alguns observadores disseram que a primeira morte se deveu a um conflito pessoal que degenerou, enquanto a segunda reflectia a rivalidade institucional entre os Ministérios do Interior e da Justiça e a Polícia Judiciária e da Ordem Pública. Uma comissão de inquérito criada depois das mortes culminou em nenhum resultado ou detenção até finais do ano.

A 23 de Novembro, dois guardas presidenciais morreram durante uma suposta tentativa de golpe de Estado militar. A 1 de Dezembro, em Dakar, a Polícia senegalesa deteve Alexandre Tchama Yala, o alegado líder do golpe.

A investigação sobre a morte em estilo de execução do contra-almirante Lamine Sanha em 2007 continuou aberta no final do ano. Nenhuma investigação foi feita sobre o uso excessivo da força pela Polícia ou sobre o uso pelos militares de força letal para dispersar as manifestações que se seguiram contra o suposto envolvimento do Governo na morte.

b. Desaparecimento

Não houve relatos de desaparecimentos por razões políticas.

c. Tortura e Outro Tratamento ou Punição Cruel, Desumana ou Degradante

A Constituição e a lei proibem tais práticas; todavia, as forças de segurança nem sempre respeitaram esta proibição. O Governo puniu raramente os membros das forças de segurança que cometeram crimes.

Engenhos não explodidos causaram ferimentos durante o ano.

Condições nas Prisões e Centros de Detenção

Não há prisões formais e o Governo deteve a maioria dos prisioneiros em instalações prisionais improvisadas em bases quartéis em Bissau e nas cidades vizinhas. As condições de detenção eram más. As instalações prisionais carecem geralmente de água potável e saneamento adequado. A alimentação dos reclusos era má e os cuidados médicos quase inexistentes. Os reclusos que aguardam julgamento estavam detidos com presos condenados e jovens com adultos.

Duma forma geral, o Governo permitiu a avaliação independente das condições de detenção por organizações locais e internacionais de defesa dos direitos humanos. Durante o ano, representantes do Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV) e do Gabinete do Representante do Secretário-Geral da ONU visitaram os prisioneiros. Foram realizadas reuniões com prisioneiros sem a presença de terceiros, apesar de o Governo ter solicitado uma marcação prévia e não ter permitido visitas regulares.

d. Prisão ou Detenção Arbitrárias

A Constituição e a lei proibem a prisão e a detenção arbitrárias e o Governo cumpriu geralmente com estes pressupostos; contudo, algumas vezes as forças de segurança prenderam de forma arbitrária imigrantes e envolveram-se na resolução de problemas pessoais, detendo pessoas mediante pedidos sem processo justo.

Papel da Polícia e do Aparelho de Segurança

O país está dividido em 37 distritos policiais e havia aproximadamente 3.500 polícias em nove forças policiais diferentes que dependem de sete Ministérios. Os cerca de 100 efectivos da Polícia Judiciária, adstrita ao Ministério da Justiça, têm como principal responsabilidade investigar o tráfico de droga, o terrorismo e outros crimes transnacionais, enquanto os 1.300 agentes da Polícia de Ordem Pública, dependente do Ministério do Interior, são responsáveis por patrulhas preventivas, controlo da multidão e manutenção convencional da lei e da ordem. Outras forças da Polícia são o Serviço de Informação do Estado, os Serviços de Fronteira, a Polícia de Intervenção Rápida, a Polícia Marítima e outros grupos. Segundo a Constituição, as Forças Armadas são responsáveis pela segurança externa e podem ser

chamadas para ajudar a Polícia em emergências internas. No entanto, as Forças Armadas intervieram regularmente na investigação sobre drogas feitas pela Polícia Judiciária. Por exemplo, na sequência da retenção em terra a 12 de Julho no aeroporto de Bissau dum avião suspeito de transportar drogas, militares adulteraram provas e inteferiram na investigação. Os militares eram supostamente responsáveis pelas tentativas falhadas de golpe durante o ano.

A Polícia era ineficaz, com maus salários pagos de forma irregular, e corrupta. A impunidade constitui um problema. A Polícia, que até recentemente não tinha algemas, não conseguiu comprar combustível para os poucos veículos que tinha e havia uma falta gritante de formação. A Polícia de Gabú tinha uma motorizada para 87 agentes e sem formação formal de Polícia desde 1996. A Polícia de Trânsito era muito corrupta e pedia subornos aos condutores de viaturas, mesmo se os seus documentos e os veículos são legais. A corrupção e a falta de instalações prisionais e de viaturas causou geralmente a fuga de prisioneiros durante as investigações. O Procurador-Geral era responsável pela investigação dos abusos da Polícia; no entanto, os funcionários do Gabinete do Procurador-Geral também eram mal pagos e susceptíveis de ameaças e coersão. Uma comissão de inquérito estava a investigar sobre a morte dum agente Polícia de Ordem Pública no final do ano e a morte por vingança do oficial da Polícia Judiciária; oficiais da Polícia Judiciária paralisaram as suas actividades durante seis semanas para protestar contra a morte por represália de um dos seus colegas.

Prisão e Detenção

A lei exige mandados de prisão, apesar de terem sido registadas detenções sem mandado. A lei prevê o direito a um advogado e um advogado às expensas do Estado para os clientes indigentes; todavia, os advogados não receberam nenhuma compensação pelo seu trabalho de defesa pública em tempo parcial e ignoraram geralmente as directivas do Estado para representar clientes indigentes. A lei exige que os reclusos sejam julgados 48 horas depois da sua detenção e que os prisioneiros devem ser libertados se não foi feita uma inculpação atempada; no entanto, as autoridades nem sempre respeitaram estes direitos na prática. Havia um sistema de caução funcional e os prisioneiros que aguardam julgamento podiam ver imediatamente os seus parentes.

Os supostos criminosos, sobretudo imigrantes, algumas vezes foram presos sem mandados. Por exemplo, na sequência duma morte a 14 de Dezembro e dum roubo à mão armada a 15 de Dezembro em Bissau (ambos crimes alegadamente cometidos por nigerianos), a Polícia prendeu sem mandado cerca de 100 nigerianos.

A maioria da população prisional é constituída por reclusos que aguardam a conclusão dos seus julgamentos; todavia, alguns reclusos estavam detidos há mais de um ano. Grande parte deles fugiu antes da conclusão dos seus julgamentos devido a instalações prisionais inadequadas, falta de segurança e corrupção generalizada. Os poucos prisioneiros que foram condenados geralmente estavam detidos há mais de dois anos. Os prisioneiros colocados em prisão domiciliar devido a problemas de espaço nas instalações prisionais geralmente não regressaram à cadeia.

Amnistia

Em Abril, o Presidente amnistiou civis e militares que cometeram crimes de 1980 a 2004. A medida foi vista como uma tentativa de absolver os militares e outros oficiais pela cumplicidade em golpes, tentativas de

golpes e a guerra civil de 1998. Os defensores da amnistia disseram que isto era um passo necessário para a reconciliação nacional.

e. Recusa de Julgamento Público Justo

A Constituição e a lei prevêem um poder judicial independente; todavia, na prática, havia pouca independência e o poder judicial como um todo não funcionava. Os juízes eram mal formados, com baixos salários pagos irregularmente e sujeitos à corrupção. Os tribunais e as autoridades judiciais eram também acusadas frequentemente de parcialidade e passividade, segundo um relatório publicado em Outubro pela Federação Internacional dos Direitos Humanos. O Procurador-Geral tinha pouca protecção contra a pressão política, visto que o Presidente não precisa de qualquer outra aprovação para o substituir. Os julgamentos foram retardados geralmente devido à falta de materiais ou de infraestruturas e as condenações eram muito raras.

O Governo prendeu funcionários judiciais por alegada corrupção durante o ano. Por exemplo, a 26 de Agosto, o Conselho Superior da Magistratura suspendeu o juiz Gabriel Djedjo por acusações de corrupção. A 19 de Agosto, Djedjo libertou sob caução quatro suspeitos, dos quais dois sul-americanos membros da tripulação detidos por susposto tráfico de estupefacientes na sequência da retenção em terra dum avião proveniente da Venezuela a 12 de Julho. O piloto do avião, que se suspeitava transportar 500 quilogramas de cocaína, desapareceu após a sua libertação da prisão. Em 2006, Djedjo ordenou a libertação de dois colombianos presos um mês antes quando transportavam 674 quilogramas de cocaína, a maior quantidade droga apreendida na história do país. Os dois colombianos fugiram imediatamente do país depois da sua libertação.

Os oficiais de Justiça que demonstraram independência ou resistiram à corrupção foram ameaçados durante o ano. A 23 de Maio, Ansumane Sanha, presidente da Associação dos Juizes da Guiné-Bissau, disse à imprensa que juizes do Tribunal Supremo tinham recebido ameaças de morte para influenciar as suas decisões num caso no Tribunal Supremo sobre a constitucionalidade duma lei proposta para prolongar o mandato da Assembleia Nacional. Apesar das ameaças, a 1 de Agosto o Tribunal Supremo declarou que a lei era inconstitucional.

Durante o ano, a Ministra da Justiça, Carmelita Pires, o Procurador-Geral, Luís Manuel Cabral, e a Directora Polícia Judiciária, Lucinda Aukarie, receberam ameaças de morte por telefene em resposta às suas posições contra o tráfico de droga e a sua vontade de prender e processar traficantes de droga e os seus cúmplices.

O poder judicial é composto pelo Tribunal Supremo, pelos tribunais regionais, por um Tribunal de Contas e por um Tribunal Militar. O Tribunal Supremo é o último tribunal de apelação para casos militares e civis. Os tribunais regionais possuem secções criminais e civis. O Tribunal de Contas julga crimes financeiros, como desvio de fundos, e tem jurisdição sobre os tribunais regionais. Os Tribunais Militares não julgam civis, apesar de os tribunais civis julgarem todos os casos relativos à segurança do Estado, mesmo se o réu for militar. O Presidente tem a autoridade de perdoar e reduzir as penas.

As práticas tradicionais prevalecem na maioria das zonas rurais e as pessoas que vivem nas zonas urbanas levaram até os conselheiros tradicionais casos judiciais para evitar os custos e os obstáculos burocráticos do sistema judicial. A Polícia também resolveu conflitos.

Procedimentos de Julgamento

Não há julgamento por jurados. A lei prevê a presunção de inocência, o direito de acesso atempado a um advogado, de interrogar as testemunhas, de ter acesso às provas detidas pelo Governo e de recurso. Os julgamentos em tribunais civis são abertos ao público. Os réus têm o direito de estar presentes e de apresentar testemunhas e provas em seu nome. Para os poucos réus cujos casos foram julgados, estes direitos foram respeitados na prática. Os cidadãos que não conseguem pagar um advogado têm o direito a um advogado designado pelo tribunal; todavia, os advogados designados pelos tribunais não receberam nenhuma compensação do Estado por defender clientes indigentes, não foram punidos por não o fazer e ignoraram geralmente tais responsabilidades.

Presos e Reclusos Políticos

Não houve relatos de presos ou reclusos políticos.

Procedimentos e Recursos Judiciais Civis

O sistema judicial trata de casos civis e criminais, mas ele não eram independente nem imparcial. Não havia nenhum mecanismo administrativo para resolver as violações dos direitos humanos. Geralmente, as decisões dos tribunais não foram aplicadas.

f. Violação Arbitrária da Privacidade, Família, Casa ou Correspondência

A Constituição e a lei proibem tais acções e o Governo geralmente respeitou estas proibições na prática. Em contraste com o ano passado, não houve relatos de que as forças de segurança cortaram as linhas telefónicas de pessoas que criticaram o Governo; no entanto, a Polícia ignorou habitualmente os direitos de privacidade e protecção contra busca e confisco injustificados. Por exemplo, após dois crimes violentos em Dezembro nos quais cidadãos nigerianos estavam implicados, a Polícia fez buscas em casas de centenas de nigerianos sem mandados e confiscou supostos bens contrabandos.

Secção 2 Respeito das Liberdades Civis, incluindo:

a. Liberdade de Expressão e da Imprensa

A Constituição e a lei prevêem a liberdade de expressão e da imprensa; todavia, o Governo nem sempre respeitou estes direitos na prática. Em contraste com o ano passado, não houve relatos de que as forças de segurança detiveram pessoas por exercer o seu direito de livre expressão. Alguns jornalistas praticaram a auto-censura.

Além do jornal do Governo "No Pintcha", vários jornais privados eram publicados sem restrição. Todos os jornais eram publicados através da gráfica do Estado. A imprensa nacional carece geralmente de matérias-primas e os salários não foram pagos regularmente, causando atrasos de publicação.

Havia várias rádios independentes, uma rádio nacional, e uma televisão nacional. As difusões de rádios internacionais podiam ser captadas.

Em contraste com o ano anterior, não houve relatos de detenção de jornalistas; no entanto, alguns jornalistas denunciaram telefonemas anónimos ameaçadores e a convocação para as instalações do Governo para explicar as suas actividades ou declarações, enquanto outros relataram procedimentos em tribunais longos que impediam o seu trabalho.

Em Julho, Fafali Koudawo, director-do jornal privado "Kansare", foi interrogado pelo Gabinete do Procurador-Geral depois de publicar um artigo sobre dois ex-oficiais do Exército que receberam ameaças de morte por terem considerado os métodos usados pelo chefe do Estado-Maior de "autoritários e anticonstitucionais".

Em contraste com o ano anterior, não houve relatos de que jornalistas se exilaram depois de receber ameaças de morte relativas a artigos que relacionam os traficantes de droga com as forças de segurança locais. O repórter da Rádio França Internacional (RFI) Allen Yero Embalo continuou exilado em França. Em 2007, Embalo fugiu do país depois de pessoas desconhecidas terem arrombado a sua casa e roubado a sua câmara, uma cassete vídeo duma reportagem sobre o tráfico de droga e mais de 600.000 FCFA (1.200 dólares americanos).

O caso contra o jornalista da Reuters Alberto Dabo, que em 2007 foi acusado de difamação, violação da liberdade de imprensa, do segredo do Estado e calúnia, continuou pendente. Em Julho de 2007, o ex-chefe do Estado-Maior da Marinha, José Américo "Bubo" Na Tchuto, tentou prender Dabo pela sua tradução duma declaração que citou Na Tchuto como a fonte de alegações de envolvimento dos militares no tráfico de droga. Em Agosto, Na Tchuto, o queixoso no caso, fugiu do país na sequência duma alegada tentativa frustrada de golpe de Estado.

Em contraste com o ano anterior, o Governo não ordenou o encerramento de estações de rádio. Em 2007, o Ministro do Interior ordenou o encerramento da rádio Bombolom depois de esta ter difundido uma reportagem sobre a morte dum responsável do Estado e o uso excessivo da força pela Polícia para dispersar as manifestações subsequentes. A Bombolom, que permaneceu aberta por o comissário da Polícia ter recusado cumprir com a ordem do Ministro, continuou a operar durante o ano.

Liberdade na Internet

Não houve restrições do Governo ao acesso à internet ou relatos de que o Governo verificou e-mail ou salas de conversação por internet. Indivíduos e organizações empenharam-se na expressão pacífica de pontos de vista através da internet, dos quais e-mail. A falta de infraestrutura, equipamento e educação limitou significativamente o acesso à internet.

Liberdade Académica e Eventos Culturais

Não houve restrição do Governo à liberdade académica ou a eventos culturais.

b. Liberdade de Reunião e Associação Pacífica

Liberdade de Reunião

A Constituição e a lei prevêem a liberdade de reunião; contudo, em resposta ao ataque de 23 de Novembro contra a residência do Presidente, o Governo proibiu todas as manifestações públicas a 6 de Dezembro. Apesar da proibição, que permaneceu em vigor no final do ano, continuaram a ser realizadas manifestações. Em contraste com o ano anterior, não houve relatos de que a Polícia dispersou manifestantes com uso da força. Foram exigidas autorizações para qualquer reunião ou manifestação.

Não foi tomada nenhuma medida contra o soldado que terá morto a tiro à queima-roupa um manifestante em Janeiro de 2007; o Governo alegou que o manifestante morreu asfixiado.

Liberdade de Associação

A Constituição e a lei prevêem o direito de associação e o Governo respeitou numa forma geral este direito na prática.

c. Liberdade de Religião

A Constituição e a lei prevêem a liberdade de religião e o Governo respeitou de modo geral este direito na prática.

Apesar de os grupos religiosos necessitarem duma licença do Governo, não houve relatos de recusa de nenhum pedido.

Abusos e Discriminação Sociais

Não havia comunidade judaica e não houve relatos de actos anti-semitas.

Para mais detalhes, ver o Relatório Internacional de 2008 sobre Liberdade Religiosa no site www.state.gov/g/drl/irf/rpt.

d. Liberdade de Movimento, Pessoas Deslocadas Internadas, Protecção de Refugiados e Pessoas Apátridas

A Constituição e a lei prevêem a liberdade de movimento no país, a viagem ao estrangeiro, a emigração e o repatriamento e o Governo respeitou numa forma geral estes direitos na prática. O Governo cooperou com o Gabinete do Alto Comissariado da ONU para os Refugiados e outras organizações humanitárias para garantir a protecção e a assistência às pessoas deslocadas internadas, aos refugiados, aos requerentes de asilo, às pessoas apátridas e a outras pessoas afins.

A lei não proibiu especificamente o exílio forçado; todavia, o Governo não o utilizou.

Pessoas Deslocadas Internas (IDP)

As IDP movimentaram-se na fronteira com o Senegal, consoante a situação de conflito armado em curso na região senegalesa de Casamança. Com laços tribais e familiares em ambos os lados da fronteira mal demarcada, a nacionalidade das IDP sem sempre era clara.

Protecção de Refugiados

A lei prevê a concessão de asilo ou estatuto de refugiado em conformidade com a Convenção de 1951 da ONU sobre o Estatuto de Refugiados e o seu protocolo de 1967 e o Governo adoptou um sistema para garantir a protecção dos refugiados. Na prática, o Governo fornece protecção contra a expulsão ou regresso dos refugiados para países onde as suas vidas ou liberdades estariam ameaçadas. O Governo não concedeu estatuto de refugiado ou asilo durante o ano.

Secção 3 Respeito de Direitos Políticos: Direito dos Cidadãos de Mudar de Governo

A Constituição e a lei dão aos cidadãos o direito de mudar os seus Governos pacificamente e os cidadãos exerceram este direito nas eleições legislativas de Novembro que foram consideradas pelos observadores internacionais como transparentes e bem organizadas.

Eleições e Participação Política

Nas eleições legislativas de 16 de Novembro, o PAIGC ganhou 22 assentos na Assembleia Nacional e tornou-se o partido no poder com 67 dos 100 assentos. O Partido da Renovação Social (PRS), liderado pelo ex-Presidente Kumba Yalá, conquistou 28 assentos, uma perda de sete. O Partido Republicano para a Independência e o Desenvolvimento, fundado em Fevereiro com o apoio tácito do Presidente Vieira, que liderou antes o PAIGC, ganhou três assentos. Em contraste com as eleições anteriores, não houve violência e as alegações de compra de votos não foram sustentadas, apesar de os observadores internacionais terem notado irregularidades técnicas, como selo inconsistente de urnas e falta de viaturas para transportar as urnas para assembleias de voto regionais. Em Outubro, as pessoas que trabalharam durante as eleições declararam uma greve devido à falta de pagamento pelo Governo de pelo menos 80 por cento de subsídios em atraso e dívidas juntos dos funcionários, vendedores e contratados das eleições presidenciais de 2005. As pessoas que trabalharam nas eleições retomaram as suas actividades em finais do mês depois de terem recebido a promessa de que os seus salários seriam pagos em 2009.

As eleições de 16 de Novembro estava inicialmente previstas para Abril de 2008 na sequência da formação dum Governo de unidade nacional em Março de 2007 que incluiu o PAIGC, o PRS e o Partido Unido Social Democrata. Contudo, a 25 de Março, alegando preparação inadequada, o Presidente Vieira reprogramou as eleições para 16 de Novembro. O Presidente disse que o papel do Parlamento seria garantido pela Comissão Permanente da Assembleia Nacional quando o mandato da legislatura expirou a 21 de Abril. A 27 de Março, a Assembleia Nacional respondeu ao adoptar uma lei de transição excepcional que prolongou o seu mandato até às eleições de 16 de Novembro. A 25 de Julho, o PAIGC retirou-se do Governo de coligação. A 1 de Agosto, o Tribunal Supremo considerou inconstitucional a lei de transição excepcional. A decisão, que foi saudada por organizações da sociedade civil, levou o Presidente Vieira a dissolver a Assembleia Nacional a 5

de Agosto. Num decreto publicado no mesmo dia, o Presidente demitiu o Governo e nomeou um novo primeiro-ministro para criar um Governo provisório para supervisionar as eleições legislativas.

Os militares tentaram um suposto golpe de Estado frustrado a 8 de Agosto e a 23 de Novembro. Em Agosto, as autoridades relataram a descoberta dum golpe falhado, alegadamente organizado por José Américo Bubo Na Tchuto, o chefe do Estado-Maior da Marinha. Enquanto o motivo e a seriedade da tentativa do golpe suscitou várias interrogações, observadores notaram que Na Tchuto, suspeito há muito tempo de envolvimento no narcotráfico, pode ter agido para impedir a sua inculpação pela descarga de droga dum avião proveniente da Venezuela detido no aeroporto de Bissau. Na Tchuto foi suspenso e colocado sob residência vigiada, mas depois fugiu. A 12 de Agosto, as autoridades da Gâmbia informaram a sua detenção. Posteriormente, Na Tchuto foi libertado e estará a movimentar-se livremente em Banjul, na Gâmbia.

A 23 de Novembro, dois dias antes do anúncio dos resultados oficiais das eleições, marinheiros e soldados dispararam contra a casa do Presidente Vieira. O Presidente saiu ileso, mas uma pessoa foi morta.

A Assembleia Nacional tem dez deputadas. O presidente do Tribunal Supremo, três dos 19 Ministros do Governo, e um dos nove Secretários de Estado também eram mulheres.

Todos os grupos étnicos estavam representados no Governo, apesar de o grupo étnico minoritário Balanta dominar o Exército.

Corrupção e Transparência no Governo

A corrupção oficial e a falta de transparência eram endémicas a todos os níveis do Governo. Os militares e os funcionários civis são acusados de ajudar os cartéis internacionais de droga ao fornecer acesso ao país e às suas instalações de transporte. Os funcionários das Alfândegas aceitaram frequentemente subornos para não angariar taxas de importação, com redução significativa das receitas do Governo. Os Indicadores de Governança Mundial do Banco Mundial revelam que a corrupção era uma problema grave.

Segundo o Relatório do Secretário-Geral sobre a situação na Guiné-Bissau e as actividades do Gabinete de Apoio à Construção da Paz das Nações Unidas no país publicado em Setembro, a Guiné-Bissau estava a transformar-se rapidamente de ponto de trânsito para um grande mercado do comércio de droga. O Gabinete da ONU de Combate à Droga e à Criminalidade relatou durante o ano que o país estava a tornar-se numa ligação estratégica do transporte de drogas ilegais da América do Sul para a Europa.

A incapacidade sistemática de agir através da Polícia, do Exército e do poder judicial impede de certa forma o processamento judicial dos traficantes de droga. O processo mais recente dum traficante ocorreu em 2006. O réu, que comprou cocaína, foi condenado a oito anos de prisão, mas cumpriu apenas alguns meses porque o país carece de instalações prisionais adequadas. Geralmente, os traficantes de droga têm protecção oficial. Se a Polícia Judiciária foi capaz de ultrapassar este obstáculo, ela não tinha recursos para realizar investigações, nem instalações de detenção para prender os suspeitos, nem meios para o transporte dos prisioneiros para o tribunal. Os juízes e os guardas, que ficaram vários meses sem salário, eram muito susceptíveis à corrupção e geralmente libertaram supostos traficantes que posteriormente desapareceram.

A falta de interdição de supostos voos que transportam droga contribuiu para a percepção de que o Governo e os militares estão envolvidos no narcotráfico. Por exemplo, a 12 de Julho um avião proveniente da Venezuela aterrou no aeroporto de Bissau sem autorização de aterragem ou sobrevoou sem conhecimento prévio das autoridades aeroportuárias. Logo após a sua aterragem, ele foi cercado por militares e a sua carga posta em viaturas e levada para destino desconhecido. A Ministra da Justiça anunciou que só tinha sido notificada da aterragem não autorizada do avião a 17 de Julho. A 19 de Julho, a tripulação do avião e dois responsáveis de controlo do aeroporto foram detidos, mas foram libertados a 19 de Agosto por ordem dum juiz dum tribunal, apesar da emissão dum mandado de captura internacional contra o piloto e dos protestos da Ministra da Justiça e do Procurador-Geral. Os militares, que bloquearam uma investigação conjunta entre o Gabinete da ONU de Combate à Droga e à Criminalidade, a INTERPOL e outras agências, prestaram declarações contraditórias sobre a carga, tendo alegado finalmente que se tratava de medicamentos provenientes da Espanha.

Nenhuma medida foi tomada em relação ao desaparecimento em 2006 de 674 quilogramas de cocaína que estavam sob protecção oficial e a libertação sem inculpação dos suspeitos envolvidos.

A lei prevê que “qualquer pessoa tem o direito à informação e à protecção judicial”; todavia, tal acesso foi raramente garantido.

Secção 4 Atitude do Governo em Relação à Investigação Internacional e Não Governamental de Alegadas Violações dos Direitos Humanos

Várias organizações locais e internacionais de defesa dos direitos humanos operaram geralmente sem nenhuma restrição do Governo e investigaram e publicaram os seus resultados sobre casos de direitos humanos. Os membros do Governo, de certo modo, cooperaram e foram receptivos aos seus pontos de vista. Em contraste com os anos anteriores, não houve relatos de que membros de ONG foram perseguidos ou ameaçados pelas autoridades. As duas principais organizações de defesa dos direitos humanos eram a Liga Guineense dos Direitos Humanos (LGDH) e a Liga de Observação.

Mário Sá Gomes, presidente da ONG Associação Guineense de Solidariedade com as Vítimas de Erro Judicial (AGSVEJ), alegou ter sido perseguido e ameaçado por agentes da segurança e por militares durante o ano de 2007. Sá Gomes, que foi convocado em 2007 pelo menos 14 vezes pelos órgãos judiciais, dos quais o Gabinete do Procurador-Geral, denunciou que a perseguição se devia a uma entrevista que ele concedeu a uma rádio na qual ele instava as autoridades a combater a impunidade das forças de segurança e investigar e processar os traficantes de droga e os responsáveis por assassinatos com carácter político e outras mortes suspeitas. Depois da entrevista, concedida em Julho de 2007, na qual ele apelou também para a demissão do chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, o General Batista Tagme Na Wai, por envolvimento no tráfico de droga, Sá Gomes escondeu-se. Com a intervenção do Representante da ONU no país, Sá Gomes passou a ser protegido por dois guarda-costas e o Governo prometeu não lhe fazer mal; contudo, Sá Gomes informou que ele continuou a enfrentar dificuldades para prosseguir o seu trabalho na AGSVEJ. O mandado de prisão contra Sá Gomes não tinha sido retirado até finais do ano; todavia, o General Na Wai, único queixoso no caso, disse publicamente que tinha perdoado Sá Gomes, que iria retirar a queixa e que Sá Gomes podia regressar ao país sem medo de ser perseguido. Sá Gomes continuava em exílio por vontade própria até finais do ano.

Luis Vaz Martins, presidente da ONG LGDH, disse ter recebido telefonemas anónimos ameaçadores e que pessoas bateram na sua porta em 2007, alegando que estes actos eram derivados das suas acções para promover os direitos humanos.

Em Setembro de 2007, as forças de segurança atacaram o escritório da Confederação das Associações de Estudantes e levaram os arquivos, um computador, uma impressora e um fornecedor de energia da organização. Um inquérito foi aberto, mas não havia nenhum resultado até final do ano.

O Governo permitiu visitas dos representantes da ONU e do CICV. A ONU e o CICV publicaram relatórios, com os quais o Governo geralmente concordou.

Durante o ano, o Gabinete das Nações Unidas de Combate à Droga e à Criminalidade publicou um relatório no qual critica o país pelo seu envolvimento no crime organizado e no narcotráfico (ver secção 3, corrupção).

Secção 5 Discriminação, Abusos Sociais e Tráfico de Pessoas

A lei proíbe a discriminação, mas não define as bases da discriminação; o Governo não aplicou as proibições contra a discriminação.

Mulheres

A lei proíbe a violação, incluindo a violação conjugal, mas a sua aplicação pelo Governo era limitada. Não havia informações sobre a amplitude do problema.

A violência doméstica, incluindo a agressão da esposa, era um meio aceite de resolução de conflitos domésticos. Não há nenhuma lei que proíbe a violência doméstica e os políticos estavam relutantes em abordar o problema por receio de perder mais eleitores tradicionais ou determinados grupos étnicos. Apesar de a Polícia intervir em conflitos domésticos se for solicitada, o Governo não tomou medidas específicas para estancar a pressão social do relato de violência doméstica, violação, incesto e outros maus tratamentos contra as mulheres.

A lei proíbe a prostituição, mas a sua aplicação era fraca.

Não há nenhuma lei que proíbe o assédio sexual, e isto representava um problema.

A lei trata os homens e as mulheres equitativamente e proíbe a discriminação; no entanto, a discriminação da mulher era um problema, sobretudo nas zonas rurais onde as leis tradicionais e islâmicas eram ignoradas. As mulheres eram responsáveis pela maioria dos trabalhos nas fazendas de subsistência e tinham acesso limitado à educação, principalmente nas zonas rurais. As mulheres não tinham acesso igual ao emprego. Em alguns grupos étnicos, as mulheres não podem gerir terras ou herdar propriedades. Apesar

de não haver dados, as mulheres são supostamente discriminadas no acesso ao crédito, emprego, pagamento pelo mesmo trabalho e posse dum negócio.

Crianças

O Governo atribuiu poucos recursos para o bem-estar e a educação das crianças. O ensino público era gratuito e universal até o liceu, nas não obrigatório. Os professores eram mal formados e pagos, algumas vezes sem salários durante meses, o que causou o encerramento das escolas durante quase metade do ano lectivo. As crianças geralmente são obrigadas a ajudar as suas famílias nos campos, o que contrasta com o ensino.

Alguns grupos étnicos, sobretudo os Fulas e os Mandinkas, praticavam MGF, não apenas em adolescentes, mas também em bebês de quatro meses. O Governo não proibiu a prática.

O casamento infantil ocorreu em todos os grupos étnicos, mas não existiam dados fiáveis para quantificar o problema. As raparigas que fugiam de casamentos forçados eram geralmente obrigadas a prostituir-se para se sustentar. Em alguns casos, há compra e venda de crianças para casamento. As ONG locais trabalharam para proteger os direitos das mulheres e das crianças e executaram programas para combater o casamento infantil e proteger as vítimas de casamento infantil. Segundo observadores, durante o ano os esforços das ONG para a matrícula de mais raparigas nas escolas teve um impacto negativo nos casamentos infantis: mais raparigas foram obrigadas a casar-se mais jovens porque os pais temiam que as oportunidades sociais oferecidas pela escola iriam aumentar o risco de as suas filhas perderem a virgindade antes do casamento.

O Gabinete de Protecção da Criança da Polícia de Bissau estimou que cerca de 1.000 crianças viviam nas ruas de Bissau e um número crescente de rapazes estavam integrados em grupos criminosos. O Governo não prestou serviços para as crianças de rua.

Tráfico de Pessoas

A lei não proíbe o tráfico de pessoa e as crianças eram traficadas dentro e fora do país. Os rapazes, denominados "talibés", eram enviados das zonas rurais para estudar em escolas corânicas nos países vizinhos, sobretudo no Senegal, onde eles eram explorados, abusados e obrigados a mendigar para cumprir com as quotas monetárias diárias para os professores corânicos conhecidos como "marabús". Outros rapazes eram enviados para trabalhar em campos de algodão no sul do Senegal. Algumas vezes, as raparigas eram exploradas como prostitutas.

Os comités de vigilância criados pela Polícia local em ambos os lados da fronteira do país com o Senegal intensificaram os seus esforços durante o ano e contribuíram para a intercepção antes do final do ano de 168 crianças traficadas. Com a ajuda da Embaixada da Guiné-Bissau em Dakar, 63 "talibés" que viviam em más condições e eram obrigados a mendigar nas ruas de Dakar foram repatriados para o país durante o ano.

Geralmente, os traficantes eram professores em escolas corânicas e ligados às famílias das vítimas. Os traficantes aproximavam-se normalmente dos pais e ofereciam-se para enviar as crianças para educação religiosa onde elas seriam ensinadas a ler o Corão. Os pais não recebiam nenhuma compensação pelo envio dos seus filhos e em muitos casos pagavam para a viagem inicial. Em outros casos, as crianças enviadas

eram indesejadas, principalmente em segundos casamentos, se a nova mulher não quisesse cuidar das crianças do primeiro casamento.

As leis contra a retirada de menores, a exploração sexual, o abuso e o rapto de menores poderiam ser usadas para processar os traficantes. O rapto prevê uma pena entre dois e 10 anos de prisão e a violação uma pena entre um e cinco anos de prisão. Apesar destas leis, o Governo raramente investigou os casos de tráfico e não houve processamento de traficantes. Ao invés disso, as autoridades processaram os pais cúmplices dos traficantes. Os pais de vítimas regressadas tiveram de assinar um contrato no qual prometem não enviar os seus filhos sob pena de prisão e a ONG local Associação dos Amigos da Criança (AMIC) supervisionou o acordo através de visitas às crianças regressadas. Num caso registado durante o ano, depois de a AMIC descobrir que três crianças regressadas desapareceram durante o processo de verificação, um pai foi preso e passou 72 horas na prisão. Ele foi libertado depois de aceitar encontrar o seu filho em Dakar e trazê-lo à casa. Os outros dois pais não foram localizados.

O Ministério do Interior é responsável pelos esforços de luta contra o tráfico; contudo, o Governo não tinha um plano nacional para combater o tráfico ou a capacidade de supervisionar, proibir ou processar os traficantes. Durante o ano, o Governo ajudou significativamente para o repatriamento de várias crianças do Senegal.

Não houve relatos de que os agentes das Alfândegas, dos Serviços de Imigração e Fronteira, os inspectores do trabalho ou a Polícia local foram subornados para facilitar tal tráfico; no entanto, não havia informação específica disponível.

Os responsáveis do Governo, incluindo a Polícia e os guardas fronteiriços, trabalharam estreitamente com a AMIC e com o Fundo da ONU para a Infância para prevenir o tráfico, a sensibilização e repatriar as vítimas. O tribunal regional começou a jogar um papel chave durante o ano ao alertar os pais que seriam responsabilizados penalmente se enviarem os seus filhos para mendigar num país estrangeiro. A AMIC coordenou os esforços com o Governo, a Polícia e a sociedade civil para prevenir o tráfico, ajudar as vítimas regressadas a encontrar as suas famílias e responsabilizar os pais em tribunal se os seus filhos fossem traficados depois de participarem no programa de reintegração. A AMIC, que gere também um centro para as vítimas, realizou acções de sensibilização nas rádios em Gabú e durante visitas às aldeias nas zonas fronteiras. A AMIC e a Polícia local trabalharam com os líderes religiosos e comunitários em Gabú e Bafatá. Um outro programa, financiado pelo imame local de Gabú, instituiu estudos corânicos nocturnos depois da escola como alternativa às escolas no Senegal.

O Relatório anual do Departamento de Estado sobre Tráfico de Pessoas pode ser consultado no site www.state.gov/g/tip.

Pessoas Deficientes

A lei não proíbe especificamente a discriminação de pessoas com deficiência, ordena a construção de acesso para elas ou fornece acesso igual ao emprego e à educação. No entanto, não houve relatos de discriminação social aberta. O Governo fez alguns esforços para ajudar os mutilados de guerra através de programas de

pensão, mas estes programas não resolveram de forma adequadas as necessidade sanitárias, habitacionais ou alimentares.

Outros Abusos e Discriminação Social

Não houve discussão aberta sobre a homossexualidade e muito pouca sobre o HIV/Sida e o Governo não abordou a discriminação em nenhuma das bases. Apesar de não haver relatos de violência devido à orientação sexual ou ao facto de ser seropositivo, existia discriminação subtil com base na orientação sexual e na infecção com HIV.

Secção 6 Direitos dos Trabalhadores

a. Direito de Associação

A lei prevê a todos os trabalhadores a liberdade de formar e ingressar em sindicatos independentes sem autorização prévia ou exigências excessivas e os trabalhadores exerceram este direito na prática. Uma grande maioria da população trabalhava na agricultura de subsistência e apenas uma pequena percentagem de trabalhadores pertenciam a um sector remunerado e organizado. Cerca de 85 por cento dos membros dos sindicatos eram funcionários públicos ou de empresas paraestatais e pertenciam fundamentalmente a sindicatos independentes.

A lei permite aos sindicatos a execução das suas actividades sem interferência do Governo e prevê o direito à greve, mas o Governo nem sempre protege estes direitos. A única restrição legal à greve era uma exigência de pedido prévio. A lei proíbe igualmente a retaliação contra os grevistas.

A 7 de Outubro, a União Nacional dos Trabalhadores da Guiné (UNTG) observou uma greve nacional para protestar contra os atrasos de salário. Apesar de a UNTG ter feito um pedido prévio e a greve ser legal, a Polícia, supostamente por ordem do Ministro do Interior, cercou a sede da UNTG e impediu os seus membros de entrar nas instalações durante várias horas. A Polícia terá também obrigado sob ameaça de arma motoristas de autocarros que se juntaram à greve a retomar as suas actividades.

b. Direito de Organizar e Negociar Colectivamente

A lei não prevê ou protege o direito de negociar colectivamente; no entanto, o Conselho Nacional Tripartido para a Consulta Social realizou consultas colectivas sobre questões salariais. A maioria dos salários foram definidos em negociações bilaterais entre empregados e empregadores.

A lei não proíbe a discriminação sindical; todavia, nenhum trabalhador alegou discriminação sindical e pensa-se que a prática não é generalizada.

Não existe zona de processamento de exportação.

c. Proibição do Trabalho Forçado ou Compulsivo

A lei proíbe o trabalho forçado ou compulsivo, incluindo de crianças, mas há relatos de que tais práticas ocorrem. As crianças foram traficadas para trabalhar como empregados domésticos, engraxadores em zonas urbanas e vendedores de alimentos como bananas e amendoim nas ruas.

d. Proibição do Trabalho Infantil e Idade Mínima para Trabalhar

Não há leis específicas que protegem as crianças da exploração no local de trabalho e o trabalho infantil era uma realidade. A idade mínima é 14 anos para trabalho em fábricas e 18 anos para trabalho pesado ou perigoso, incluindo trabalho nas minas. O pequeno sector formal geralmente aderiu a estas exigências de idade mínima; contudo, o Ministério da Justiça e o Ministério da Função Pública e Trabalho não aplicaram estas exigências nos outros sectores.

Grande parte do trabalho infantil era registado no sector informal. A incidência de crianças que trabalham no comércio nas ruas nas cidades aumentou durante o ano. Nas comunidades rurais, as crianças faziam trabalhos domésticos e de campo sem pagamento para sustentar as suas famílias ou por falta de possibilidade de educação. Algumas crianças foram retiradas parcial ou totalmente da escola para trabalhar nos campos durante a campanha de colheita de castanha de caju. O Governo não tomou medidas para combater tais práticas até o final do ano.

As crianças eram traficadas para trabalhar como empregados domésticos nas zonas urbanas e vender alimentos na rua (ver secção 5, Tráfico).

O Instituto da Mulher e Criança e os Ministérios do Trabalho e da Justiça são responsáveis pela protecção das crianças contra a exploração laboral; no entanto, não havia uma aplicação efectiva.

e. Condições de Trabalho Aceitáveis

O Conselho de Ministros estabeleceu anualmente os salários mínimos para todas as categorias de trabalho, mas não os aplicou. O salário mensal mais baixo era de aproximadamente 19.030 FCFA (38 dólares americanos) por mês e um saco de arroz. Este salário não permite um padrão de vida decente para um trabalhador e a sua família e os trabalhadores tiveram de complementar os seus rendimentos com outros trabalhos, depender de parentes e da agricultura de subsistência.

O Governo, que dependia significativamente do apoio dos doadores internacional para apoio orçamental, não pagou regularmente alguns funcionários públicos, sobretudo os professores, de forma atempada, geralmente com atrasos de vários meses. O Governo tinha de pagar quatro meses de salários em atraso até finais do ano, e pagou os ordenados da Agosto a 5 de Dezembro. Os funcionários públicos observaram uma greve a 7 de Outubro para protestar contra a falta de pagamento de três meses de salário.

A lei prevê um máximo de 45 horas de trabalho por semana, mas o Governo não cumpriu com esta disposição. A lei prevê o pagamento de horas extras, se elas não excederem 200 horas por ano, e um período de descanso obrigatório de 12 horas entre os dias de trabalho; todavia, estas disposições não foram aplicadas.

Com a cooperação dos sindicatos, os Ministérios da Justiça e do Trabalho definiram normas legais de saúde e segurança para os trabalhadores, que posteriormente a Assembleia Nacional adopta como lei; todavia, estas normas não foram aplicadas e muitas pessoas trabalharam em condições que perigaram a sua saúde e segurança. Os trabalhadores, incluindo estrangeiros, não têm o direito de abandonar condições de trabalho inseguras sem perder os seus empregos.

*Em Junho de 1998, a Embaixada dos Estados Unidos suspendeu as suas actividades durante confrontos armados na Guiné-Bissau e todo o pessoal no país foi evacuado. Este relatório baseia-se em informações obtidas pela Embaixadas Americanas nos países vizinhos, principalmente no Senegal, de fontes independentes, e de visitas regulares à Guiné-Bissau por diplomatas em serviço na Embaixada dos Estados Unidos em Dakar. A Embaixadora dos Estados Unidos no Senegal, residente em Dakar, está também acreditada na Guiné-Bissau.